

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator quer incluir recursos do Sistema S no Orçamento 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novo recorre ao Supremo contra mudança no Carf 4

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso fará esforço concentrado para analisar vetos, sabatinar autoridades e votar projetos de lei 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Empresas podem economizar R\$ 28 bi ao ano com reforma 8

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Vantagem dos pagamentos antecipados de precatórios (Artigo) 9

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Desoneração: líderes dizem não haver tempo para discutir proposta alternativa, e veto de Lula deve cair 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Nunca vi um IVA tirar prerrogativas" 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo vai trabalhar para manter veto ao marco fiscal 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula dá aval à proposta para compensar fim da desoneração, diz Haddad 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

STF tem maioria para validar uso de crédito de ICMS da Zona Franca 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: relator quer cesta básica única 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Meta de déficit zero em 2024 será construída "mês a mês", diz Haddad 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator propõe retirar cesta básica estendida da tributária 24

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

O Assunto #1.105: A corrida de bilhões do ministro Haddad	25
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Relatório da LDO aumenta pressão sobre o governo para pagamento de emendas	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Palácio não abre mão de ordenar despesas	28
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Indefinição sobre emendas trava MP das subvenções	29
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Controle de preços perde efeito na Argentina; BC de Milei limita câmbio	30

Relator quer incluir recursos do Sistema S no Orçamento

BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União-CE), defendeu incluir a previsão da verba para o chamado Sistema S no Orçamento como forma de dar transparência aos gastos que, a seu ver, têm característica de um tributo, uma vez que a cobrança é feita pela **Receita Federal**.

"É recolhido pela **Receita Federal**, é cobrado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e, quando o cara não paga, vai para a dívida ativa.

Ou seja, é um tributo. Mais característica do que isso só ter dente, olho, rabo e cor de jacaré e não ser jacaré", afirmou Forte ao Estadão.

A previsão gerou reação das entidades do sistema, como Sebrae, Sesi e Senai e as confederações do comércio e da indústria, que alegam se tratar de verba de natureza privada - definição confirmada por decisão do STF. Para os dirigentes, portanto, seria uma medida inconstitucional.

Atualmente, a verba destinada às entidades - proveniente de contribuição obrigatória sobre as empresas, recolhida na folha de pagamento dos trabalhadores - não integra o Orçamento.

Ou seja, o dinheiro é arrecadado pelo Fisco e transferido como recurso de natureza privada a terceiros, o que não exige uma dotação orçamentária.

Segundo Forte, o objetivo é ampliar a fiscalização e o controle dessas verbas. "Onde tem dinheiro público tem de ter fiscalização. Não se condena tanto o Orçamento secreto?

E isso aí é o quê? Amigo oculto?", questionou o relator.

O deputado não soube precisar o valor exato que é destinado ao sistema anualmente, mas estimou algo entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões. Segundo ele, não há risco de a verba ser destinada a outros fins ou ser contingenciada. Porém, não nega o intuito de que, no futuro, possa ser usada para bancar ações do governo. "Eles (entidades do Sistema S) têm aplicado no mercado financeiro mais de R\$ 25 bilhões, além de toda a fúria imobiliária que o sistema tem. Eu não sou

contra, mas é uma coisa que chama muito a atenção. Enquanto isso, tem milhões de brasileiros precisando de um abrigo. Esse dinheiro poderia ir para o Minha Casa, Minha Vida." A área econômica do governo também demonstrou resistência ao avaliar que a previsão das despesas com o Sistema S no Orçamento poderá impactar as regras fiscais do novo arcabouço, que limita o volume de gastos federais, e a meta fiscal.

Forte disse que conversou ontem com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para garantir que não haverá esse tipo de impacto. Mas afirmou ao Estadão que prepara uma modificação no texto para "dirimir qualquer dúvida". Em vez de dizer que as contribuições "integrarão" o Orçamento, será dito que elas "constarão" da peça orçamentária.

Redação Segundo relator, proposta vai dizer que recursos deverão "constar" do Orçamento

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Novo recorre ao Supremo contra mudança no Carf

LAVÍNIA KAUCZ/BRASÍLIA

O Partido Novo recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a lei que restabeleceu o chamado voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. O instrumento pode assegurar decisões favoráveis ao Fisco federal nos julgamentos. O relator da ação é o ministro Edson Fachin.

O **Carf** é o tribunal que julga conflitos tributários, como a aplicação de multas pela **Receita Federal**.

A lei estabelece que o voto decisivo em caso de empate é da presidência da sessão, ocupada por um representante do governo. Na ação, o Novo afirma que a lei tem o propósito de aumentar a arrecadação de **tributos** federais e viola os princípios constitucionais do devido processo legal, da razoabilidade, legalidade, impessoalidade e moralidade. A legenda argumenta ainda que o **Carf** deve controlar a legalidade dos atos administrativos tributários federais, e não buscar um aumento da arrecadação da Fazenda. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Congresso fará esforço concentrado para analisar vetos, sabatar autoridades e votar projetos de lei

Brasília

/
Hellen Leite, do R7, em Brasília

Com a aproximação do fim do ano e uma série de pendências na pauta do Congresso Nacional, a expectativa é que a semana tenha um esforço concentrado para a votação de projetos importantes para a agenda econômica do governo. Entre os temas, a **reforma tributária**, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - que define o Orçamento de 2024 -, o projeto de lei das apostas esportivas e a análise dos vetos presidenciais ao marco temporal das terras indígenas, da desoneração da folha de pagamento e do novo marco fiscal.

Além disso, estão previstas as análises da indicação de 26 autoridades, entre elas a de Flávio Dino, indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF), e de Paulo Gonet, indicado à Procuradoria-Geral da República (PGR). Também deve acontecer nesta semana a instalação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Braskem, que vai investigar a atuação da empresa de mineração em Maceió.

Orçamento de 2024

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve votar nesta terça-feira (12) o relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 - o texto reúne as orientações gerais para a execução do Orçamento federal do próximo ano. Essas orientações são detalhadas posteriormente pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Os dois projetos devem ser votados pelo Congresso antes do recesso parlamentar.

Como mostrou o R7, o relator da LDO propôs um cronograma de pagamento das emendas parlamentares impositivas, o que na prática fortalece o Congresso Nacional ao retirar do governo federal o controle do momento em que essas verbas são gastas.

O calendário dá o prazo de até 15 dias após o início do ano legislativo para que se cadastrem projetos,

com tempo de análise de até 120 dias. Caso não haja nenhuma divergência, o valor da emenda precisa ser empenhado (ou seja, reservado) em até 30 dias. Já o prazo para pagamento é até o fim do ano.

Reforma tributária

O relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), acredita que a proposta pode ser votada no plenário nesta semana. Ele ainda avalia a retirada de exceções acrescentadas ao texto pelos senadores. Isso porque, durante a discussão no Senado, o número de produtos e serviços que podem ter tratamento favorecido foi ampliado para 42. A Câmara tinha dado o aval para 33 exceções à regra geral da reforma.

Arte/R7 - 27.10.2023

Arte/R7 - 27.10.2023

Arte/R7 - 27.10.2023

Arte/R7 - 27.10.2023

Arte/R7 - 27.10.2023

Arte/R7 - 27.10.2023

Arte/R7 - 27.10.2023

Arte/R7 - 27.10.2023

Arte/R7 - 27.10.2023

Arte/R7 - 27.10.2023

Arte/R7 - 27.10.2023

Arte/R7 - 27.10.2023

Arte/R7 - 27.10.2023

Arte/R7 - 27.10.2023

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Caso a reforma seja aprovada em 2023 no Congresso Nacional, é somente no próximo ano que ocorrerão as votações de leis complementares que vão regulamentá-la. A definição das alíquotas, itens a ser incluídos na cesta básica para receberem a isenção total e produtos que terão imposto seletivo aplicado são temas que ainda precisarão ser resolvidos.

A infraestrutura do novo sistema deve ser montada em 2025. A partir de 2026, começa a transição de **impostos** até 2033, quando sobrarão apenas os novos **impostos** previstos na reforma: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo.

Projeto de lei das apostas esportivas

O destaque da pauta do Senado nesta semana é a votação do projeto de lei que regulamenta as apostas esportivas, uma das prioridades do governo federal, que estima arrecadar R\$ 1,6 bilhão em 2024 com as apostas. A expectativa agora é que os senadores entrem em consenso e decidam sobre a inclusão ou não dos cassinos na regulamentação. Esse é o principal ponto de tensão entre governistas e oposição.

Parlamentares da ala mais conservadora argumentam que a regulamentação dos cassinos traz um "custo social" ao país. Além disso, eles alegam que o texto não deixa claro como deve ser a fiscalização sobre esses jogos.

Pelo projeto, serão taxadas apostas esportivas virtuais, jogos de azar, casas de apostas, cassinos online e os próprios apostadores. Para funcionar, os operadores deverão pedir autorização à Fazenda, com outorga que pode custar até R\$ 30 milhões para explorar a atividade por três anos.

Vetos à desoneração, marco temporal e novo marco fiscal

Na quinta (14), está prevista a sessão do Congresso Nacional para analisar 33 vetos presidenciais a projetos aprovados pelos parlamentares. A expectativa é de reversão da decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre a prorrogação da desoneração da folha de pagamento até 2027, sobre os vetos ao marco temporal das terras indígenas e às novas regras do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e ao arcabouço fiscal.

No caso da desoneração da folha de pagamento, há consenso sobre a derrubada do veto. Nesta segunda-feira, líderes partidários alegaram que não há mais tempo hábil para analisar as propostas do governo sobre o assunto.

O veto de Lula ao projeto é contrário ao posicionamento de 84% dos deputados federais. Dos 513 parlamentares, 430 votaram a favor da proposta. A proposta também passou com facilidade no Senado, que analisou a matéria em votação simbólica, que acontece quando há consenso entre os parlamentares.

No caso do marco temporal das terras indígenas, os parlamentares vão analisar se mantêm ou não o veto de Lula ao principal artigo do projeto, que diz que uma terra só poderia ser demarcada se fosse comprovado que os indígenas estavam nela ou disputavam a posse dela na data da promulgação da Constituição Federal vigente - 5 de outubro de 1988. Pela tese, quem estivesse fora da área na data ou chegasse depois não teria direito a pedir a demarcação.

Quanto ao marco fiscal, os parlamentares analisarão o veto a uma regra que definia que as despesas de investimento poderiam ser reduzidas caso ficasse constatado que, no fim de um bimestre, o governo não teria receita suficiente para cumprir metas de resultado primário, indicador obtido a partir da diferença entre o que é arrecadado e o que é gasto pelo governo, excluída a parcela referente aos juros da dívida pública.

Para a rejeição do veto, é necessária a maioria absoluta dos votos de deputados e senadores, ou seja, 257 votos de deputados e 41 votos de senadores.

Sabatinas de Flávio Dino e Paulo Gonet

Devem ser analisados durante a semana os nomes do ministro Flávio Dino, indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF), e de Paulo Gonet, indicado à Procuradoria-Geral da República (PGR). Eles devem ser sabatinados na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de terem os nomes submetidos ao plenário. Ao todo, o Senado deve avaliar as indicações de 26 autoridades indicadas pelo presidente da República nas próximas duas semanas.

No caso da indicação de Dino, senadores prometem fazer perguntas que vão desde a atuação do ministro nos atos do 8 de Janeiro até os encontros entre Luciane Barbosa Farias, conhecida como "dama do tráfico", e secretários dos ministérios da Justiça e Segurança Pública. Apesar da resistência da oposição, a base aliada do presidente Lula acredita na aprovação do nome do maranhense para a vaga.

CPI da Braskem

Deve ser instalada nesta terça-feira (12) a CPI que vai investigar a atuação da Braskem em Maceió. O

requerimento de investigação atingiu o número mínimo de indicações na semana passada, com isso os membros devem se reunir para decidir quem será o presidente do colegiado, que terá 11 membros titulares. Eles devem começar os trabalhos em 2024.

A comissão vai investigar a responsabilidade da empresa no rompimento da mina 18 da Braskem, que aconteceu no domingo (10). O desastre ambiental foi causado pela exploração de sal-gema no subsolo alagoano.

Segundo as últimas informações da Defesa Civil, a mina e todo o seu entorno estão desocupados, por isso não há nenhum risco aos moradores. Até o momento, mais de 55 mil pessoas precisaram sair de casa.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/congresso-fara-esforco-concentrado-para-analisar-vetos-sabatinar-autoridades-e-votar-projetos-de-lei-12122023>

Empresas podem economizar R\$ 28 bi ao ano com reforma

Estevão Taiar

A aprovação e a regulamentação da **reforma tributária** levarão as empresas a economizar R\$ 28,1 bilhões por ano, "apenas com a redução de horas gastas para o cálculo e pagamento de **tributos** sobre o consumo". É o que indica estudo realizado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), entidade formada por algumas das maiores companhias brasileiras e multinacionais com atuação no país, a partir de números das consultorias Endeavor e Ernst Young (E Y).

O texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** passou pelo Senado no mês passado e deverá ser votado nesta semana pela Câmara dos Deputados. Caso a PEC seja aprovada, outros pontos serão regulamentados em lei a partir do ano que vem.

Segundo o MBC, o principal motivo para a redução das horas gastas e, conseqüentemente, das despesas para pagamento de **tributos** é a unificação, proposta pela reforma, de cinco **impostos** em apenas dois. De acordo com o projeto, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) serão unificados em uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a cargo do governo federal. Já Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços (ISS) serão unificados no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a cargo de Estados e municípios.

Para calcular o impacto das mudanças propostas, o MBC levou em conta trabalho anterior da E Y e da Endeavor que mostra que uma empresa gasta em média 1.501 horas anualmente para calcular e pagar **tributos** no Brasil. A reforma poderá em uma estimativa "conservadora" diminuir esse total em 600 horas, ou aproximadamente 40%, segundo o MBC. Essas todas horas gastas no cálculo e no pagamento custam, por sua vez, cerca de R\$ 67 bilhões anuais para as empresas. Uma redução de 42% no tempo gasto representaria, portanto, economia de aproximadamente R\$ 28,1 bilhões anuais.

"É algo bastante expressivo, com um potencial realmente transformador", diz Tatiana Ribeiro, diretora-

executiva do MBC, afirmando que "a insanidade de alíquotas diferenciadas" com as quais "uma empresa precisa lidar [no Brasil] é bastante assustadora".

Para comparação, ela lembra que, nos países que fazem parte da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a média anual de horas gastas pelas companhias para calcular e pagar seus **impostos** é de 150 -aproximadamente 10% da média brasileira. Entre as empresas que fazem parte do MBC, há ainda uma que gasta mais de 4 mil horas anuais para fazer os cálculos e pagamentos, de acordo com a diretora-executiva.

"O MBC também estima uma queda bastante considerável no volume de litígios para o setor, permitindo que as empresas tenham mais tempo para desenvolver novos produtos, elaborar estratégias de negócios e tenham mais recursos para investir em inovação, tecnologia e contratação de mão de obra", diz a entidade no estudo.

Ainda de acordo com o MBC, se aprovada, a reforma trata "outros ganhos para a competitividade do país", com impactos positivos no crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) e no mercado de trabalho "ao longo dos próximos anos".

1.501 horas são gastas ao ano para calcular e pagar **tributos**

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187737?page=6§ion=2>

Vantagem dos pagamentos antecipados de precatórios (Artigo)

Guilherme Mello e Débora Freire

Guilherme Mello é secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Débora Freire é subsecretária de Política Fiscal na Secretaria de Política Econômica do MF.

As Emendas Constitucionais (EC)113 e114 aprovadas em 2021, conhecidas como PEC dos Precatórios, prepararam uma bomba fiscal para o país que precisa ser desarmada. Os efeitos deletérios do estabelecimento de limite para pagamento anual de precatórios se refletem não apenas sob a ótica fiscal, mas também do ponto de vista de segurança jurídica e da estabilidade macroeconômica.

As EC estabeleceram um limite para a alocação das despesas com pagamentos de sentença judiciária, equivalente ao valor da despesa paga no exercício de 2016. O objetivo era criar espaço fiscal a partir da diferença entre o valor dos precatórios expedidos e o limite imposto pelas EC, em um contexto de compressão do espaço fiscal em decorrência do teto de gastos. Em 2027, haveria um estoque de precatórios acumulados estimado em R\$ 201,6 bilhões que, nada mais fosse feito, teria que ser pago de uma só vez.

Destes mais de R\$ 200 bilhões, de acordo com projeções do Ministério da Fazenda, 34% corresponderiam a Benefícios Previdenciários do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS); 16% a despesas com pessoal e encargos sociais; 0,6% a sentenças relacionadas ao Benefício de Prestação Continuada e 49% a demais gastos, que englobam a Complementação da União ao Fundef e Precatórios de Custeio e Capital (OCK).

Caso sejam pagos todos de uma vez, trata-se de um impulso fiscal de grande magnitude, que pode ter implicações macroeconômicas. Estudo realizado pela Subsecretária de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, em cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), buscou simular e projetar os impactos macrofiscais do pagamento do estoque de precatórios. O objetivo principal das simulações foi possibilitar a comparação dos potenciais impactos de cenários de antecipação do pagamento dessa despesa com aqueles que decorreriam do pagamento

de todo o estoque em 2027, após o vencimento do prazo estabelecido para o limite de pagamentos dessa despesa na EC 114/2021.

Segundo o estudo, caso todo o passivo acumulado entre 2022 e 2026 fosse pago em 2027, haveria um impacto relevante e concentrado para crescimento econômico e para os preços de bens e serviços entre os anos de 2027 e 2028, o que não é desejável do ponto de vista da estabilidade econômica.

A maior volatilidade decorreria de um impulso fiscal de grande magnitude concentrado em 2027, com efeito expansionista sobre a atividade econômica e preços, o que acarretaria resposta mais forte da política monetária, por meio do aumento da taxa básica de juros, de modo a forçar a convergência da **inflação** para a meta, ensejando contração da atividade no ano subsequente.

De acordo com as projeções, neste cenário de pagamento integral e concentrado do estoque de precatórios após o fim da vigência das EC, o índice médio de preços em 2027 se desviaria 0,7 pontos percentuais positivos daquele que seria observado no mesmo ano quando se leva em conta a suavização do pagamento a partir de 2023, considerando o cenário de antecipação consistente com a decisão do Superior Tribunal Federal (STF). Trata-se, entre os cenários e impactos simulados, do maior efeito sobre preços de bens e serviços projetado em um único ano decorrente do pagamento do passivo das sentenças judiciais represadas pelas EC 113 e 114.

Por outro lado, a antecipação do pagamento do estoque acumulado em 2023 e a supressão do limite imposto pelas EC nos próximos anos, retomando o fluxo de pagamentos, suavizaria e diluiria esses impactos ao longo do tempo, uma vez que os efeitos multiplicadores pontuais do impulso fiscal seriam contrabalanceados em menor magnitude pela resposta contracionista da política monetária, comparativamente ao cenário de pagamento concentrado em 2027.

Para o primeiro ano de pagamento do estoque acumulado até então, estimado em pouco menos que R\$ 95 bilhões, o impacto positivo no **PIB** seria de 0,24 pontos percentuais.

Assim, quando se leva em conta os efeitos da política fiscal e monetária conjuntamente, os resultados do estudo da SPE sugerem que a antecipação e suavização do pagamento de precatórios promove menor volatilidade na economia e nos preços relativamente ao pagamento integral do estoque em 2027, cenário em que a condução da política monetária teria que ser mais rigorosa em um único ano para fazer frente ao pagamento de todo o estoque acumulado entre 2022 e 2026.

Ainda, o efeito de longo prazo mais positivo em relação à antecipação se daria nas variáveis fiscais. Os resultados do estudo mostram que o pagamento antecipado e gradual seria menos distorcivo e geraria resultados melhores na trajetória dos juros e do estoque da dívida pública. O cenário de pagamento concentrado em 2027 seria aquele em que se observaria o mais alto patamar para a Dívida Bruta do Governo Central (DBGC/PIB) em 2032.

Conjuntamente, o impacto suavizado no crescimento econômico, na inflação e na política monetária, somados aos descontos de correção monetária e juros devidos, tomam cenários de antecipação e suavização do pagamento de precatórios preferíveis quanto ao impacto de longo prazo na trajetória dos juros e estoque da DBGC.

No cenário de antecipação consistente com a decisão do Superior Tribunal Federal (STF), a depender das hipóteses e parâmetros assumidos, projetam-se desvios acumulados negativos em torno de 1 ponto percentual nos juros da DBGC e de 0,8 pontos percentuais na DBGC/PIB até 2032, em relação ao cenário com todo o pagamento em 2027.

A antecipação e suavização do pagamento do passivo acumulado apresenta impacto de longo prazo nas variáveis macrofiscais mais positivos do que a sua postergação até 2027. Além disso, resolverá a insegurança jurídica ligada à postergação do pagamento de dívidas e minimizará a incerteza do cenário em relação ao quadro fiscal. Uma resposta concreta sobre o manejo desse passivo, neste momento, está alinhada ao compromisso com a responsabilidade fiscal.

O governo atual herdou uma "bomba fiscal" e entende que é mais responsável lidar com ela agora do que postergar o problema para a próxima administração. Os dados apresentados no estudo da SPE corroboram essa decisão.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187737?page=6
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187737?page=6§ion=2)**

Desoneração: líderes dizem não haver tempo para discutir proposta alternativa, e veto de Lula deve cair

Brasília

**/
Hellen Leite e Laísa Lopes, do R7, e Deborah
Hanna, da Record**

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Brasília | Hellen Leite e Laísa Lopes, do R7, e Deborah Hanna, da Record

Os líderes partidários voltaram a defender nesta segunda-feira (11) a derrubada do veto à desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e alegaram que não há mais tempo hábil para analisar as propostas do governo sobre o assunto. A tendência é que o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) seja derrubado na sessão do Congresso desta quinta (14).

O senador Efraim Filho (União Brasil-PB), autor do projeto de lei que prorroga a desoneração até 2027, afirmou que não há mais tempo hábil para a discussão de propostas alternativas à desoneração e defende a derrubada do veto ainda neste ano.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

"O tempo está escasso, não temos mais prazo para aguardar a proposta do governo que substituiria a desoneração da folha de pagamento, que não chegou até o momento. O caminho que estamos defendendo é que faça a derrubada do veto, inclusive, liberando a

base do governo. E a partir daí a gente ganha prazo para discutir as propostas do Ministério da Fazenda em 2024 e poder aperfeiçoar a política pública da desoneração", afirmou.

O veto de Lula ao projeto é contrário ao posicionamento de 84% dos deputados federais. Dos 513 parlamentares, 430 votaram a favor da proposta. A proposta também passou com facilidade no Senado, que analisou a matéria em votação simbólica, que acontece quando há consenso entre os parlamentares.

As entidades representantes dos 17 setores desonerados, representantes dos trabalhadores e as organizações da sociedade civil também fazem coro pela derrubada do veto de Lula. As centrais sindicais estimam que ao menos 1 milhão de vagas seriam perdidas se a desoneração deixasse de valer.

O senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) concorda que não há tempo para discutir a proposta do governo. "Vejo com poucas chances de tempo para produzirmos uma matéria alternativa ao veto. A minha impressão, levando em consideração os números da Câmara dos Deputados e colhidos no Senado, [é que] a tendência é que haja a derrubada do veto", afirmou.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) destaca que os estudos sobre a desoneração analisados durante a votação do projeto de lei indicam que os setores desonerados geraram empregos.

"A gente tem que derrubar o veto para que isso [a desoneração] seja mantido no próximo ano, enquanto o ministro não define uma estratégia e também para considerar já para o ano que vem aquilo que foi planejado pelas empresas. O que não dá é para ficar no limbo esperando o que o ministro vai fazer", disse.

Para o líder da oposição na Câmara, deputado Carlos Jordy (PL-RJ), o veto de Lula à matéria é sinal de "irresponsabilidade" e "desrespeito" ao Parlamento. "Essa prorrogação é essencial para a manutenção de empregos dos setores que mais empregam no nosso país, são 9 milhões de empregos ameaçados por conta da irresponsabilidade de Lula e de seu governo",

afirmou.

"O clima hoje no Congresso, inclusive, por parte de líderes de partidos que compõem a base do governo Lula, é pela derrubada desse veto", completou.

A deputada Adriana Ventura (SP), líder do Partido Novo, defendeu ainda a ampliação da desoneração. "Há uma enorme mobilização no Congresso para derrubar esse veto, porque vai contra o trabalho e contra o emprego. São 9 milhões de trabalhadores e 17 setores [desonerados], e seria muito melhor se fosse para muitos outros setores. Estamos em um momento no país que precisamos gerar emprego e oportunidade", disse.

Para a relatora da proposta na Câmara, deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), a derrubada do veto é importante também para não impactar o custo de vida dos brasileiros. "Aumentando os **impostos** para os 17 setores, é obvio que o impacto para os setores é muito alto, mas também vai ter um impacto indireto. Sabemos que vai haver um aumento do custo de vida das famílias brasileiras se não for derrubado o veto a essa prorrogação da desoneração da folha", disse.

A desoneração da folha substitui a contribuição previdenciária patronal, de 20% sobre a folha de salários, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. O objetivo é que o mecanismo reduza o peso dos encargos trabalhistas e estimule a criação de empregos nos setores desonerados.

A medida está em vigor desde 2011, adotada durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Quando a concessão entrou em vigor, 56 setores eram contemplados, mas o ex-presidente Michel **Temer** (MDB) sancionou em 2018 uma lei que removeu 39 segmentos do regime. A medida valeria até 2021, mas foi prorrogada pelo então presidente Jair Bolsonaro.

Com o veto de Lula, o país pode ver a **inflação** oscilar. A análise de especialistas consultados pela reportagem considera o cálculo de empresas e centrais sindicais que afirmam que, sem a continuidade da medida, há previsão de fechamento de 1 milhão de postos de trabalho e aumento no preço final de serviços e produtos.

"De fato, tanto os empregos estarão ameaçados quanto os custos das empresas vão se elevar. De uma forma ou de outra, toda a economia nacional sofrerá o impacto dessa mudança: as empresas terão que cortar custos para equilibrar as contas, podendo haver redução no número de empregados e aumento no valor dos produtos, o que pressionará a **inflação**", avalia o economista Werton Oliveira.

A elevação dos preços ao consumidor final, segundo Oliveira, traria como efeito de curto prazo um aumento da **inflação**. Por outro lado, com as demissões gradativas, haveria uma diminuição do poder de compra dos brasileiros em um segundo momento, o que faria os preços diminuírem, mas isso traria prejuízo ao crescimento econômico.

A perda de arrecadação para a **Previdência Social**, caso não houvesse a desoneração da folha de pagamento, teria sido de R\$ 45,7 bilhões entre 2018 e 2022, revela um estudo feito neste ano pela Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom).

A publicação mostra que, caso o mecanismo não existisse, a perda de arrecadação da **Previdência Social** teria sido de R\$ 1,4 bilhão em 2018, R\$ 5,7 bilhões em 2019, R\$ 9,5 bilhões em 2020, R\$ 13 bilhões em 2021 e R\$ 16 bilhões em 2022. O contexto atual do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é de saldo negativo.

Com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), os representantes observaram que, em termos de evolução da empregabilidade, os setores desonerados contrataram mais de 1,2 milhão de novos trabalhadores entre 2018 e 2022, o que corresponde a cerca de 15,5% de crescimento. Sem a geração desses empregos, haveria uma queda na arrecadação previdenciária.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Site: <https://noticias.r7.com/brasilia/desoneracao-lideres-dizem-nao-haver-tempo-para-discutir-proposta-alternativa-e-veto-de-lula-deve-cair-12122023>

"Nunca vi um IVA tirar prerrogativas"

»»Denise Rothenburg / » Ana Maria Campos / » Carlos Alexandre de Souza / » Vinicius Doria

Nome forte da oposição ao governo Lula, o governador Ronaldo Caiado (União Brasil), é duro nas críticas à política conduzida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Sem meias palavras, Caiado considera a reforma tributária um "desastre", com enorme prejuízo aos estados.

O pecado mortal da proposta em análise na Câmara dos Deputados é reduzir a autonomia dos governadores para lançar benefícios fiscais. Caiado cita, para efeito de comparação, o sistema tributário norte-americano, onde cada estado aplica alíquotas específicas, em um modelo com Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O governador também reclama muito dos desgastes com a Fazenda a respeito do Regime de Recuperação Fiscal. Afirma ser alvo de um "tiro político", para não dizer retaliação. Caiado também faz ressalvas ao chefe do Planalto, que deveria dialogar mais com os outros Poderes e não cair na tentação de que pode tudo. Por fim, vê com boa perspectiva as eleições de 2024. Será o primeiro teste para a União Brasil com uma executiva reformulada e um prelúdio para 2026, com um possível candidato próprio para a Presidência. "Eu entendo que o terceiro maior partido do país, se não tiver pretendendo disputar uma eleição, não é um partido. Como é que um partido do tamanho da União Brasil não vai se preparar para as convenções em 2026?", questiona Caiado. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao CB.Poder.

O que muda no União Brasil com a saída de Luciano Bivar e a entrada de Antônio Rueda? O partido terá uma candidatura própria para enfrentar o grupo do presidente Lula?

A acredito muito que o partido, a partir da nova executiva, terá um novo aspecto. Será repaginado dentro da pauta de debater política, decisões, metas. É o nosso grande desafio em 2024. Quantas prefeituras vão fazer, quais prefeituras nós priorizaremos. Tudo isso entra no tabuleiro político. A partir daí e depois de 2024, é desenhar o cenário de 2026.

O União Brasil continua sendo um partido independente em relação ao governo Lula, mesmo com três ministérios?

Isso é o partido hoje. Com a nova executiva, nós

vamos ter que tomar uma posição. Não caberá apenas a mim, Ronaldo Caiado. Caberá à maioria da executiva debatendo, e definindo qual é o rumo que nós vamos. O seu nome é muito cotado para uma candidatura própria.

Eu entendo que o terceiro maior partido do país, se não tiver pretendendo disputar uma eleição, não é um partido. Como é que um partido do tamanho da União Brasil não vai se preparar para as convenções em 2026? Quando você coloca que o meu nome é citado, eu não só fico honrado, como também jamais omiti em dizer que vou trabalhar para ter a confiança do partido, construindo alianças partidárias, e possa disputar uma eleição. Tem vários colegas também podem se colocar.

Isso é uma decisão também da convenção nacional do partido.

O ex-presidente Jair Bolsonaro está inelegível. Isso abre possibilidades de outros nomes surgirem no campo da direita.

Acredita numa união desse campo?

Num primeiro momento, você não consegue aglutinar todas as forças da direita numa única candidatura, até porque esse universo é muito compartilhado também por outros partidos. Você tem um PL, União Brasil, o PP.

Eu não sei como eles vão se comportar nesse processo. São partidos de grande porte. Tem o Republicanos, o MDB, que historicamente sempre também teve posições muito claras nas eleições nacionais. É possível uma aliança entre dois, três partidos? Se for, ótimo. Você se fortalece muito.

Se você tem uma pulverização muito grande, é um desafio para o segundo turno, que é muito curto. São apenas duas semanas.

Então você tem um espaço pequeno para poder construir essa harmonia. Isso tudo vai depender muito da disposição de outros.

Aquele que for melhor avaliado, que tiver menor rejeição, maior capacidade de crescimento.

Eu costumo dizer que uma hora na política é uma eternidade, e tudo acontece no último dia da convenção.

Bolsonaro era um aliado, mas a gente não vê mais tanta proximidade. Aconteceu algo?

Não. Veja bem, sou uma pessoa muito tranquila nas minhas coisas. É muito fácil saber minhas convicções. Sempre apoiei Bolsonaro, desde a primeira campanha dele, como também na segunda campanha, apesar de não ter tido o apoio dele para governador de Goiás. Mas sempre tive muita independência dessas coisas.

Nas eleições do ano que vem, o PT e o PL vão apostar na polarização para tirar espaço do PSD, do MDB e do União Brasil nas prefeituras. Qual vai ser a estratégia do seu partido para evitar isso?

Veja bem. Eu não governo dessa maneira, tentando concentrar um grande número de prefeitos.

Eu fui reeleito no primeiro turno em Goiás, onde eu não tinha o Patriota, o Republicano e o PL. O resto estava aliado comigo.

Se algum partido acha que vai ficar forte desidratando outro não é um caminho inteligente.

Você precisa é manter a sua estrutura, mas de ter chance de ter alianças para a eleição majoritária.

Os seis maiores partidos se acrescentam no tempo de rádio e televisão. Então você não pode trabalhar criando animosidade com os outros partidos.

Se o candidato do União Brasil, do Solidariedade, do PT ou se é o candidato do PSD ou do MDB está em alguma posição de destaque, eu sei compartilhar tranquilamente essa distribuição. Eu nunca entrei nessa tese porque ela nunca deu certo.

Mas o PT age assim, não?

É um erro primário o cidadão achar que, sendo governador, governa sozinho. Em segundo lugar, achar que o partido dele é único.

São dois erros mortais. Eu governo com todos os Poderes. Outra coisa importante: não dividir governo.

Eu divido obras, não divido governo.

Meu secretariado, eu trouxe do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, do Espírito Santo, de todo lado. Secretário é técnico, para cumprir ordem.

Funcionou? Funcionou. Não funcionou?

Até logo, obrigado, vamos para outro. Se você tem um

secretário do seu partido, ele vai querer criar uma gestão paralela. E, no final, o partido só vai ficar com você se você tiver bem na pesquisa.

Então você estrutura bem o seu governo, dá apoio a todos esses políticos dos partidos, para eles elegerem as respectivas bancadas.

E você governa com seu secretariado técnico. Secretariado meu tem que dar aula para mim em cada matéria. Se não for bom, mando embora. Até logo, obrigado.

Qual sua expectativa para as eleições de 2024?

Vocês sabem que Goiás é um estado conservador. Mas não estou desmerecendo a candidatura do PT em Goiânia (Adriana Accorsi), até porque ela não se identifica muito com o partido.

É uma delegada, uma pessoa que tem capilaridade. Agora, eu fui o único governador que ganhou eleição na capital e no primeiro turno. Então vou lutar muito para nós termos um candidato vencedor. Não apenas na capital, mas em Anápolis, Aparecida de Goiânia, etc.

É preciso levar em conta que existem interesses suprapartidários, que interessam a todo o estado. Como a **reforma tributária**, por exemplo.

São situações administrativas, que não podem ficar sobrepostas pela função política. Veja a **reforma tributária**: a questão não é ser contra o governo. Até porque essa reforma não é do governo, é do Bernardo Apy (secretário extraordinário da **reforma tributária** no Ministério da Fazenda).

Isso é um desastre.

Como vê a **reforma tributária**?

Não quero discutir a **reforma tributária** no acessório. Quero discutir a **reforma tributária** principal.

Sou um governador de estado, e a Constituição me dá prerrogativas.

Os entes federados são incluídos na Constituição como cláusula pétrea. O ponto fundamental da **reforma tributária** é a revogação das prerrogativas dos governadores.

Nunca vi um IVA tirar as prerrogativas do governante. Você tem IVA nos Estados Unidos. Por que não copia IVA americano? Lá nós temos uma distribuição Federativa semelhante ao Brasil.

A reforma é prejudicial para o Centro-Oeste?

A proposta de Bernardo Appy está revogando Juscelino Kubitschek.

Está acabando com o desenvolvimento do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste brasileiro.

A **reforma tributária** vai ser um inferno na vida do cidadão.

Mas o Bernardo Appy é do governo.

Mas não é de todo o governo.

Ele faz daquele grupo empresarial que quer aprovar essa reforma a todo tempo. Você, Denise, que é provocativa no Congresso: pergunte a esses liberais onde está a liberdade econômica com os 33% de IVA do Amapá ao Rio Grande do Sul. Nos Estados Unidos, o estado de Nova York é o IVA é tanto, o IR é outro, IR de pessoa jurídica é outro. No Tennessee, no Texas, é outro. Cada estado tem sua alíquota. Ninguém chama de guerra fiscal. Lá eles chamam de competição entre os **impostos**. Quem vai ganhar com essa reforma no Brasil? O exportador.

Ela foi feita para isso.

Mas quando as pessoas vão se dar conta de que a reforma é ruim?

Isso vai pegar quando as pessoas se derem conta de que é imposto do governo Lula. Ninguém tira isso dele. Isso é algo mortal para ele.

"Sou um governador de estado, e a Constituição me dá prerrogativas. Os entes federados são incluídos na Constituição como cláusula pétrea. O ponto fundamental da **reforma tributária** é a revogação das prerrogativas dos governadores"

A **reforma tributária** atrapalha o PT em 2026?

Nossa Senhora! Aos poucos, a reforma virá. O pessoal vai começar a entender. Antigamente, ninguém entendia. Outros não queriam entender. Se você fizesse uma arguição no Congresso, você ia ver que ninguém sabe nada.

Teve até voto remoto. Voto remoto para uma emenda constitucional que mexe com a vida de 200 e tantos milhões de pessoas. Essas coisas não dão certo. Você não pode mudar a vida das pessoas de cabeça para baixo do dia para noite.

Você tem que graduar as coisas.

Simplificar o ICMS, vincular o PIS/ Cofins em uma tributação, depois levar isso para os estados. E aí você desenharia uma simplificação do ICMS, que é um IVA estadual.

Ah, mas ele tem 300 mil portarias.

Quantas mil nós teremos agora?

São 52 leis complementares para regulamentar a **reforma tributária**.

Quantas regras, normativas e decretos nós teremos para regulamentar essa reforma?

O senhor fala que essa reforma que pode atrapalhar o PT em 2026, mas a maioria das regras vão valer em 2032. Então vai demorar até a população perceber.

Eu estava em um debate na sexta-feira. Os empresários já estavam "É, realmente, aí como tem exceções demais, eu vou ter que ter que conviver com duas tributações.

Uma atual, mais a outra que está entrando". Se uma já é um manicômio, uma outra vai virar o quê? Um inferno. Aí vocês vão viver para ver o que a bondade. Vocês vão ter o ICMS, que é complexo, vocês vão ter também o começo do IVA. Em 2029, já começam algumas mudanças. Então você vai ter que, durante um período, explicar para um europeu que ele vai ter uma indústria no Brasil com uma legislação vigente que está em transição com outra que está sendo implantada. Não vai dar certo.

O governo está errando, então?

O maior erro político que o governo cometeu foi querer fazer uma **reforma tributária** com essa extensão. Se tivesse tido a humildade de fazer fatiada, não teria dado nisso.

E o arcabouço fiscal?

É outro grande erro. Com o arcabouço, o governo arrumou uma briga interna. Porque quem é candidato não quer o arcabouço. O Haddad foi induzido a um arcabouço que não tem apoio político.

Mas foi aprovado no Congresso.

E vai ser descumprido. O ideal seria deixar o teto. Você dizia ao governador: "Olha, eu não posso fazer agora sua estrada por causa do teto" e você ia organizando as finanças dos estados. Mas o governo federal disse: vamos liberar os gastos. Quem pode imaginar no Brasil que você pode liberar os gastos? Onde? Não existe isso.

Você vai explodir a **inflação** neste país. Isso é uma loucura. O maior erro que esse governo fez foi votar esse arcabouço fiscal.

E há outras medidas em vista.

Veja: a MP 1185 está penalizando as indústrias do Brasil que têm incentivo fiscal. Vim ao Congresso para tratar disso. Todos os estados vão tomar uma pancada. Depois, cria uma política trabalhista que depois que Michel **Temer** conseguiu fazer algo inédito - aí sim, tinha que ser aplaudido - vai voltar a essa história de sindicato autorizar para trabalhar sábado e domingo.

Então, quando você vê um negócio desse, você fala assim: aonde é que esse governo quer chegar com essas medidas sem um mínimo de modernidade, de conceito de gestão pública?

O governo está perdido?

O primeiro ano de um governo é muito difícil. Mas vou lhe dizer uma coisa. Eu fiz a minha primeira missão de estado no meu quinto ano de (segundo) mandato. Eu passei quatro anos, e o máximo que saía de Goiás era para Brasília e voltava.

Nunca saí um dia: nem sábado, nem domingo, nem Semana Santa. A primeira viagem que eu fiz foi em 2 de novembro, para a China, por 15 dias.

Quando você tem um país nesse alvoroço todo, você tem de chegar e sentar. É sábado e domingo, conversando com o Supremo, com o Tribunal de Contas, na Câmara, no Senado, com todo mundo, conversando todo dia todo dia, com o governador.

Não adianta você querer achar que você vai resolver esse assunto sozinho. Quando eu tive a vitória, não foi porque votou no PT. Até o Lula, em um momento de lucidez, disse que o PT precisa entender isso. As pessoas confundem os sinais.

São os mistérios da política.

É preciso ficar atento às coisas.

Certa vez queriam saber por que um candidato tinha sido prefeito por quatro, cinco vezes. Perguntaram a um chefe do bairro. E ele disse: "Eu voto nesse homem aí porque ele sabe coisar as coisas" (Risos).

Na política, é assim: se você enfrentar tudo quanto é poder, você não dá conta de governar.

Quando eu ganhei a eleição, eu tinha 10 deputados

em 41. Eu tinha 14 prefeitos em 246. Cheguei ao final do meu governo com R\$ 9,2 bilhões em caixa.

Como? Coisando as coisas. Conversando, mostrando. Eu fiz os poderes abrirem mão de 25% do duodécimo para ajudar o estado até eu poder zerar a folha. Isso é inédito no mundo.

O senhor foi senador. Qual vai ser o desfecho desse embate do Senado com o Supremo?

É preciso considerar que nenhuma decisão do Congresso é monocrática. Decisão monocrática é do presidente, do governador, do prefeito. Os demais poderes são colegiados. A Constituição criou Poderes com colegiados. Não criou essa função monocrática.

Como está sua relação com os ministros?

Minha relação é boa, a não ser o Haddad, que judia de mim.

Haddad tem sido maldoso com Goiás. Veja: Goiás entrou no regime de recuperação fiscal. Em agosto, o Tesouro solta uma nota dizendo que o estado deve sair do regime de recuperação fiscal em 2023. Eu disse: "Haddad, não tem sentido. Eu estou dentro da projeção de que Goiás sairá em 2027 ou 2028. É lógico que, da maneira como as coisas estão indo, acredito que Goiás saia até em 2026.

Mas não tem sentido em tirar o estado do regime agora". Ainda mais com essa história do ICMS, que tirou R\$ 5 bilhões por ano.

Não tem sentido fazer isso.

E o que aconteceu?

Quando foi na semana passada, o Tesouro rebaixa Goiás para capacidade C de pagamento.

Qual a explicação? Ah não, vocês querem ficar no regime de recuperação fiscal, então a capacidade de vocês é C. Ora, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Eu estava no regime recuperação fiscal e fui para B. Estou cumprindo todas as etapas do regime de recuperação fiscal. Modéstia à parte, dos quatro estados, eu estou na melhor posição, se você comparar com Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Agora me rebaixar só porque Goiás entrou no Supremo para ser preservado nas regras do regime de recuperação fiscal?

Essa decisão Isso é uma retaliação? Isso é uma penalidade para Goiás?

Digamos que a palavra mais bonita para isso é um tiro

político.

Qual a sua avaliação sobre a indicação de Flávio Dino para o STF?

Não estou dentro do Congresso Nacional. Mas tive convívio com ele na Câmara dos Deputados. Ele tem todas as qualificações para ser ministro do Supremo.

O Brasil participou da COP 28.

Como senhor, que governo um estado que é potência agrícola, vê a discussão?

Infelizmente, o Brasil não soube pautar essa matéria. Não soube demonstrar a realidade que o país segue e como está a preservação dos biomas que nós temos e que temos capacidade de produzir com regras e tecnologias mais modernas, com uma das maiores produtividades do mundo. Mas infelizmente isso aí foi tomada muito mais por uma outra vertente, que tomou conta.

Em Lisboa, debati sobre problemas sociais, com várias pessoas na mesa. De repente, uma professora portuguesa começou a desancar o Brasil. Eu falei: "Peraí.

A senhora não conhece minha legislação. Quero saber qual é a quinta que a senhora vive que tem 20%, 50% de área preservada.

Quais são as cabeceiras de rios que vocês preservaram? A França, a Alemanha têm escassez de água. E vocês não estão sabendo mais o que fazer".

O Brasil respeita o meio ambiente?

Eles podem fazer críticas. Mas não podem satanizar a imagem do Brasil, porque nós estamos mostrando que temos de consciência de que precisamos preservar.

Estava em um debate, outro dia, em São Paulo, e lancei o desafio: quero ver quem vai falar que produtor rural está queimando a Amazônia. Porque hoje a Amazônia está 100% na mão do narcotráfico. Os produtores rurais foram expulsos de lá. Quem comanda o garimpo, a exploração da madeira, são as facções.

Não tem nada a ver com o produtor rural. Então a discussão do meio ambiente tem de ser vista dentro de parâmetros técnicos.

Há muita histeria, então?

Se tem erros, vamos corrigir.

Mas não é nessa proporção estratosférica.

Há certas coisas que as pessoas vão mais pelo chavão.

É certo que há uma realidade que nos preocupa, como El Niño, que trouxe prejuízo para a safra de Goiás. Todos nós (no mundo) temos que ter uma parcela, e eles ficam na mordomia deles. Nós não podemos explorar petróleo na Foz do Amazonas - que nem é foz, porque fica a 500 km da costa. Mas os Estados Unidos podem explorar petróleo no Alaska, que é território de preservação ambiental.

Colaborou Henrique Fregonasse

"Quando você tem um país nesse alvoroço todo, você tem de chegar e sentar. É sábado e domingo, conversando com o Supremo, com o Tribunal de Contas, com todo mundo"

"Quero ver quem vai falar que produtor rural está queimando a Amazônia. Porque hoje a Amazônia está 100% na mão do narcotráfico. Os produtores rurais foram expulsos de lá"

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Piora fiscal é risco para corte de juros

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/12/12/all.pdf>

Governo vai trabalhar para manter veto ao marco fiscal

INGRID SOARES

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou ontem que o governo vai trabalhar para a manutenção dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao marco fiscal. A declaração ocorreu após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"O presidente tomou a decisão do veto assessorado juridicamente pela AGU que estabelecia que era inconstitucional aquela aprovação. No dia em que foi aprovado, eu disse claramente que a decisão do presidente estaria guiada pela constitucionalidade. Desde o dia do veto, Haddad assumiu o compromisso pelo governo de dialogar com setores econômicos e parlamentares para construirmos uma alternativa", disse Padilha citando como "mais uma demonstração de diálogo" do governo a reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, prevista para hoje no Planalto.

Padilha disse que a proposta ainda está em construção, mas deverá respeitar a Constituição e ser efetiva para a manutenção dos empregos. "Vamos, nos próximos dias, intensificar o diálogo junto com os parlamentares. De um lado da disposição do governo, conduzido pelo Haddad de termos uma alternativa ainda esse ano para os setores para que isso não impacte no próximo ano, uma proposta alternativa que respeite a Constituição e seja efetiva para manutenção dos empregos. Ela está em construção ainda, vai ser dialogando tanto com setores econômicos como no Congresso. Vamos trabalhar internamente esse dias e que o setor econômico tenha convicção de que a gente tem uma proposta ainda esse ano", comentou.

"Vamos continuar dialogando com o Congresso no sentido de que não vale a pena tentar recuperar uma proposta que já tem questionamento constitucional", emendou. Ele reiterou o intuito do governo de aprovar a **reforma tributária** ainda este ano e de "acabar com a balbúrdia tributária no país". Ele relatou ter intensificado as conversas com os líderes para aprová-la. Como o texto teve modificação no Senado, volta para a Câmara. "Temos tratado da promulgação da **Reforma Tributária**, o governo vai continuar trabalhando no diálogo com a Câmara e o Senado para que a promulgação da **reforma tributária** ocorra este ano".

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/12/12/2023/p1>

Lula dá aval à proposta para compensar fim da desoneração, diz Haddad

FERNANDA TRISOTTO BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que já tem a aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para apresentar uma proposta alternativa ao projeto que desonera a folha de pagamento de 17 setores que geram mais empregos no País, e que esse novo texto deverá ser apresentado ao Congresso depois das votações previstas para os próximos dias - a fila de votações pendentes inclui, por exemplo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024 e a conclusão da **reforma tributária**, cuja discussão voltou para a Câmara.

Haddad já havia mencionado a possibilidade no início deste mês, quando justificou o veto integral do presidente ao projeto de desoneração. "Depois das votações vem a desoneração."

Já está submetido ao presidente (Lula), ele aprovou a maneira como estamos conduzindo as coisas. Não tratamos com os líderes (no Congresso) do assunto. O compromisso nosso, desde o começo eu falei, aprovada a **reforma tributária**, vamos resolver esse problema", disse o ministro.

Questionado se a nova proposta para desoneração da folha envolveria o salário mínimo, Haddad repetiu que vai comentar oportunamente o texto.

Adotada desde 2011, a desoneração da folha de pagamentos é um benefício fiscal que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, a depender do setor. Entre os setores beneficiados estão os de calçados, call center, confecção e vestuário, comunicação e construção civil. Com a decisão de Lula, que vetou a proposta por recomendação da equipe econômica, o benefício perde a validade no fim deste ano caso o Congresso não derrube o veto. Nos últimos dias, parlamentares se articularam para tentar derrubar o veto.

Além da prorrogação do benefício para os 17 setores, o Congresso também incluiu no projeto um dispositivo que reduz de 20% para 8% a alíquota previdenciária das prefeituras de municípios com até 142 mil habitantes.

A estimativa é de que a medida atinja mais de 3 mil municípios no País e tenha impacto fiscal de cerca de R\$ 11 bilhões, segundo cálculos da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

CONFIANTE. Haddad disse que o governo está confiante em relação às votações que ocorrerão no Congresso nesta semana, após intensa negociação dos textos com os parlamentares.

Devem ser votados os projetos de arrecadação, a **reforma tributária** e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. As declarações foram feitas após reunião com o presidente Lula, os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), e os líderes do governo no Congresso - os senadores Jaques Wagner (PT-BA) e Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), e o deputado José Guimarães (PT-CE).

"A gente definiu a semana, que será de muitas votações."

Estamos confiantes no mérito, negociamos muito os textos, todas as medidas foram muito negociadas", disse Haddad ao retornar à Fazenda.

"A gente definiu a semana, uma semana de muitas votações."

Estamos confiantes, todas as medidas foram muito negociadas. Há um entendimento consolidado" Fernando Haddad ministro da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

STF tem maioria para validar uso de crédito de ICMS da Zona Franca

LAVÍNIA KAUCZ BRASÍLIA | COLABORARAM
EDUARDO LAGUNA, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS e
MATHEUS DE SOUZA

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para validar os créditos de ICMS relativos à compra de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

A Corte derrubou as autuações da Fazenda do Estado de São Paulo que haviam rejeitado esses créditos, e proibiu novas medidas nesse sentido.

O resultado é contrário ao Fisco paulista, que perde arrecadação de ICMS com a validação dos créditos, e favorável às empresas.

A ação foi ajuizada pelo governo do Amazonas, que argumentou que a lei garante a concessão de incentivos fiscais de ICMS às empresas da Zona Franca de Manaus e proíbe que os demais Estados cancelem os créditos fiscais concedidos nas operações do polo industrial. O governo ainda alegou que o conjunto de decisões tomadas pela Fazenda de São Paulo formou uma jurisprudência que viola as regras que regem a área.

A maioria dos ministros entendeu que a Constituição dispensa autorização dos demais Estados, por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), para a concessão de incentivos fiscais de ICMS. Votaram nesse sentido o relator, Luiz Fux, e os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Edson Fachin e André Mendonça.

O ministro Cristiano Zanin foi o único a discordar.

O julgamento estava previsto para terminar às 23h59 de ontem.

"PUXADINHOS". O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), criticou ontem os incentivos regionais, aos quais chamou de "puxadinhos", introduzidos por senadores na **reforma tributária**. "Tem de fazer a **reforma tributária** para valer, sem puxadinhos", afirmou, observando que a proposta de emenda constitucional vai ser votada sem uma definição de qual será a alíquota de referência do Imposto sobre Valor Agregado, o IVA.

Os ataques do governador paulista foram dirigidos,

sobretudo, à emenda que prorroga incentivos à produção de carros no Nordeste e à criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para beneficiar a Zona Franca de Manaus (ZFM).

"Se a **reforma tributária** vem para acabar com distorções, é um absurdo trazer a guerra fiscal para dentro dela", disse Tarcísio.

Segundo ele, os deputados paulistas que votarem pela reforma na versão atual estarão votando contra os interesses do Estado.

Iniciativa do Amazonas A ação foi ajuizada pelo governo do Amazonas, que argumentou que a lei garante incentivos à ZF

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Reforma Tributária: relator quer cesta básica única

VICTORIA ABEL

O relator da **Reforma Tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-BA), voltou a defender que o texto tenha apenas uma cesta básica de alimentos com imposto zerado, como foi aprovado pela Câmara dos Deputados. O Senado havia acrescentado à proposta uma "cesta básica estendida", com produtos que teriam desconto de até 60%.

Aguinaldo prefere, porém, que os itens estejam apenas na lista de imposto a ser devolvido à população, por meio de cashback, conforme explicou em entrevista ao GLOBO na sexta-feira. O relator da **Reforma Tributária** na Câmara também quer agrupar os produtos nos quais os consumidores terão cashback, como alimentos e produtos de higiene, em um único artigo do texto.

-Podemos resolver isso (a cesta básica estendida) colocando o cashback, que já havia sido aprovado na Câmara. A cesta básica nacional é que restringiria os produtos. Eu defendo o cashback, colocando no cashback os produtos que você quer: energia, gás, produtos de limpeza. Isso produziria mais justiça, porque atingiria os brasileiros que realmente precisam - afirmou Aguinaldo ontem, depois de uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Os detalhes dos produtos com cashback serão elencados em Lei Complementar.

O deputado disse ainda que o debate sobre incentivos fiscais a montadoras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste será o tema mais difícil:

-Esse é o tema que estará em maior ebulição, até porque já esteve na Casa. O plenário vai decidir.

COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

O trecho polêmico da proposta direciona uma isenção exclusivamente para fábricas nas regiões citadas. Esse item havia caído na votação da Câmara, como resultado dos esforços de estados do Sul e Sudeste.

A proposta, no entanto, foi retomada pelo Senado, que ainda acrescentou um incentivo para indústrias de carros com motores movidos a combustíveis fósseis. Antes, a ideia era manter o benefício apenas para a

produção de veículos elétricos.

O relator acredita que a **Reforma Tributária** poderá ser votada esta semana, mesmo com os pontos ainda em discussão. Para o texto não voltar ao Senado, os deputados só poderão suprimir trechos com os quais não concordam.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Meta de déficit zero em 2024 será construída "mês a mês", diz Haddad

Guilherme Pimenta e Renan Truffi

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que a meta do déficit zero em 2024 é uma "construção que será feita mês a mês". Após se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ministros palacianos, Haddad disse que será preciso acompanhar, em 2024, o desempenho das receitas e, se preciso, antecipar novas medidas para elevar a arrecadação.

Ele também citou a necessidade de olhar para as despesas.

"A Fazenda está sempre de seis meses a um ano adiantada em relação à agenda de hoje. Se precisar tomar novas medidas, vamos ter que tomar, tanto do ponto de vista da receita quanto da despesa", afirmou. "O crescimento vai ajudar muito."

Na semana decisiva para o governo aprovar medidas no Congresso, o ministro disse que está confiante e "negociando muito os textos". O governo quer aprovar no Legislativo, até o fim do ano, a MP das Subvenções, que tem previsão de elevar as receitas em R\$ 35 bilhões no próximo ano, o fim da dedutibilidade do Juro sobre Capital Próprio, a taxaço de apostas esportivas e a **reforma tributária**. Ainda há a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Eventuais alterações nas propostas enviadas pela Fazenda, segundo Haddad, não devem causar impactos nas expectativas de arrecadação.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), por sua vez, afirmou que a medida provisória das subvenções a investimentos é "a prioridade das prioridades". "Se aprovarmos a MP, sentimento é de dever cumprido. É a matéria mais importante. [A reforma] tributaria une todo mundo, a LOA [também], mas essa é a matéria."

"Se precisar tomar novas medidas, vamos ter que tomar" Fernando Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187737?page=6§ion=2>

Relator propõe retirar cesta básica estendida da tributária

Jéssica Sant"Ana

O relator da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), defendeu nessa segunda-feira que a cesta básica estendida seja retirada da proposta de emenda à Constituição (PEC). A inclusão foi feita pelo Senado Federal.

Aguinaldo afirmou que a criação de uma cesta básica única nacional, com produtos com alíquota zero, é a solução tecnicamente adequada. Essa foi a proposta aprovada pela Câmara, mas depois mudada pelo Senado. "Quando adotamos a cesta básica nacional de alimentos, ela visava uma cesta básica de fato, que restringiria os produtos, pra focar nos produtos que os brasileiros usam", disse.

Para ele, ao ter criado a cesta estendida (produtos alimentícios que terão uma alíquota com desconto de 60% à padrão), o Senado manteve o problema que existe atualmente.

"Nosso entendimento é que ter uma cesta básica ampliada é ter a cesta básica que temos hoje, que no PIS/Cofins tem 1,7 mil itens, e que, no meu ponto de vista, a gente pode resolver isso com cashback, já colocado no próprio texto da Câmara", afirmou após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy, para tratar do relatório final da reforma. Cashback é o mecanismo que será criado para devolução a famílias de baixa renda de parte dos **tributos** pagos.

Segundo Aguinaldo, itens como eletricidade e gás podem ser incluídos no mecanismo de cashback, em vez de integrarem a cesta básica estendida. "Produziria mais justiça [tributária], porque atenderia os brasileiros que precisariam ter o imposto devolvido", disse o relator. "No cashback seria um outro formato. Em vez de ter uma alíquota reduzida para uma eventual cesta básica, seria compensado com um eventual cashback", completou.

Ele ressaltou que a mudança poderia ser feita suprimindo (excluindo) a cesta básica estendida do texto e deixando para a lei complementar regular o cashback. O tema foi tratado com a equipe econômica do governo, mas a decisão, ressaltou, caberá aos líderes partidários.

Outros pontos ainda em discussão são os benefícios para montadoras do Norte e do Nordeste, as exceções à alíquota padrão incluídas pelo Senado e o Cide da Zona Franca de Manaus, afirmou Ribeiro.

Segundo o relator na Câmara, esses temas serão tratados nesta terça-feira (12), em reunião de líderes da Câmara com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Ainda não há acordo sobre quais pontos serão suprimidos da reforma.

Ele reforçou que a ideia é aprovar a reforma nesta semana e promulgar ainda neste ano os pontos em comum acordo entre as duas Casas, mas admitiu que algum item ou outro que não prejudique o todo possa ficar para ser avaliado separadamente. Contudo, não quis antecipar quais mudanças fará no texto, porque disse que precisam ser acordadas com os líderes. "Eu não vou antecipar o que eu vou escrever sem ouvir os líderes."

O relator também afirmou que os temas em discussão são "superáveis" e negou que haja "conflito" sobre a espinha dorsal da reforma.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187737?page=6§ion=2>

O Assunto #1.105: A corrida de bilhões do ministro Haddad

Por Natuza Nery, g1

Você pode ouvir O Assunto no g1, no GloboPlay, no Spotify, no Castbox, no Google Podcasts, no Apple Podcasts, na Deezer, na Amazon Music, no Hello You ou na sua plataforma de áudio preferida. Assine ou siga O Assunto, para ser avisado sempre que tiver novo episódio.

A menos de dez dias do encerramento do ano legislativo, o titular da Fazenda corre contra o tempo para salvar seu projeto de déficit fiscal zero em 2024. Fernando Haddad (PT) precisa aprovar três medidas para aumentar as receitas da União em busca do equilíbrio fiscal - somadas, podem acrescentar até R\$ 47 bilhões na arrecadação anual. O ministro ainda vive a expectativa de ver carimbadas pelo Congresso sua reforma tributária e sua proposta orçamentária para o próximo ano. Para explicar o que está em jogo até o recesso parlamentar, que começa em 22 de dezembro, Natuza Nery conversa com Manoel Ventura, jornalista de O Globo, em Brasília. Neste episódio:

Manoel descreve as três medidas fundamentais para Haddad. A mais importante é a MP da subvenção do ICMS, cuja aprovação pode aumentar a arrecadação em R\$ 35 bilhões, diz o governo. "Esses números podem mudar porque o Congresso, como sempre, deve desidratar o texto", afirma. "E no cenário de hoje, mesmo com a aprovação desses projetos, é pouco factível o déficit zero"; O jornalista comenta as falas de lideranças do PT em um evento do partido durante o fim de semana e as possíveis reverberações delas nas negociações com o Congresso: o tom foi de críticas a um suposto "austericídio fiscal" proposto por Haddad. "Parlamentares dizem que se o PT não apoia, eles não têm por que apoiar. Cria constrangimento ao ministro", revela; Ele fala também sobre como o governo está sendo cobrado pela liberação de verbas destinadas a emendas - algumas delas prometidas desde 2019 - por setores do Congresso para obter vitórias nas casas. "É difícil, os parlamentares hoje têm o valor muito alto", conclui.

?? O g1 agora está no Comunidades WhatsApp. Clique aqui para participar

O que você precisa saber:

PT: Haddad contrapõe Gleisi e defende meta fiscal zero
Fazenda: **PIB** surpreendeu e BC precisa fazer seu trabalho
Tudo é prioridade : diz Haddad sobre medidas no Congresso
Haddad: MP das subvenções de ICMS será aprovada em 2023

O podcast O Assunto é produzido por: Mônica Mariotti, Amanda Polato, Gabriel de Campos, Luiz Felipe Silva, Thiago Kaczuroski e Felipe Neri. Apresentação: Natuza Nery. Neste episódio colaborou também: Helen Menezes.

VEJA CORTES DO PODCAST O ASSUNTO EM VÍDEO

Site: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/12/12/o-assunto-1105-a-corrída-de-bilhoes-do-ministro-haddad.ghtml>

Relatório da LDO aumenta pressão sobre o governo para pagamento de emendas

Brasília

/
Hellen Leite e Giovana Cardoso, do R7, em Brasília

O relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 traz um dispositivo que aumenta a pressão do Congresso sobre o governo federal ao estabelecer prazos específicos para o empenho das emendas de comissão no próximo ano. O empenho é a etapa em que o governo reserva o dinheiro que será pago ao Congresso e é a última fase do planejamento antes do pagamento efetivo do recurso.

Caso se confirme a regra do relatório do deputado Danilo Forte (União-CE), o governo terá até junho para definir o destino de toda a verba das emendas impositivas. A execução poderá ocorrer no segundo semestre do ano.

Ao comentar o relatório, o deputado reclamou da demora na liberação das emendas de 2023 e justificou que o calendário "facilita o trabalho do Executivo" e "garante previsibilidade". No entanto, na prática, o governo perde um instrumento de barganha sobre o Congresso em votações relevantes.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

Isso porque, ao longo do ano, o Planalto liberou emendas parlamentares às vésperas de o Congresso decidir sobre temas essenciais para o Executivo, como a **reforma tributária**, a volta do voto de qualidade do Conselho Administrativo da **Receita Federal (Carf)**, o novo marco fiscal e a medida provisória de reestruturação da Esplanada dos Ministérios.

Além do cronograma, o relatório prevê que as emendas de comissão, identificadas como RP8, deverão corresponder a 0,9% da receita corrente líquida do ano passado, ou seja, cerca de R\$ 11 bilhões; em 2023, esse valor foi de R\$ 6,8 bilhões.

Dois terços do valor vão para programações de emendas das comissões permanentes da Câmara, enquanto um terço segue para o Senado. Neste caso, as emendas são apresentadas exclusivamente pelas comissões permanentes do Congresso e pelas mesas diretoras das duas Casas.

A análise do cientista político Kleber Carrilho sugere que uma maior alocação de recursos para emendas parlamentares pode levar a um governo descentralizado, o que representa um risco significativo para o papel executivo do governo.

"A tendência é que haja uma transferência de poder para o Legislativo. Isso aumentou muito durante o governo Bolsonaro e vai continuar aumentando porque a base do presidente Lula não está fazendo um trabalho competente. Com isso, caminhamos para um sistema de parlamentarismo ou semipresidencialismo, o que é algo ruim nesse momento porque o sistema não está pronto para essa situação. Mas essas são as condições de governabilidade que o Executivo tem à disposição", afirma.

O jurista Mozar Carvalho também destaca que, embora seja uma ferramenta legítima, há a necessidade contínua de discussão sobre a transparência da utilização dos recursos.

"Há casos em que foram utilizados para ganhar apoio político ou para benefícios pessoais dos parlamentares. Por esse motivo, existe um debate contínuo sobre a necessidade de maior transparência e fiscalização na utilização desses recursos. Porém, por interesses próprios dos parlamentares, esse é um tema de que pouco se fala no parlamento brasileiro", explica.

Com as emendas, os parlamentares têm a liberdade de opinar, alterar ou acrescentar programações orçamentárias que possam atender demandas específicas em função de compromissos políticos que fizeram durante o mandato.

Para propor emendas, as matérias precisam ser compatíveis com o plano orçamentário, indicando também os recursos necessários, excluindo dotações de pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para estados,

municípios e o Distrito Federal.

Entre os tipos de emenda estão as individuais, de bancada, de comissão e do relator.

Emenda individual

São propostas por cada parlamentar para o governo federal ou para o governo estadual, no caso de deputados estaduais, e têm caráter impositivo, ou seja, existe previsão do cumprimento das emendas pelo Poder Executivo.

Para o Orçamento de 2024, o valor será de R\$ 25,1 bilhões para as emendas individuais, sendo que cada senador poderá propor até 25 emendas no valor total de R\$ 69,6 milhões, e os deputados terão o limite de R\$ 37,8 milhões, com a mesma quantidade de emendas.

Conforme estabelecido no Orçamento, metade dos recursos devem ser destinados à área da saúde. Valores em transferências especiais, ou seja, quando o recurso é enviado diretamente para prefeituras ou governos estaduais sem especificação do uso, também podem ser usados pelos parlamentares.

Apesar disso, algumas restrições limitam o uso das emendas, que não podem ser usadas para pagamento de dívida ou pessoal e pelo menos 70% devem ir para investimentos.

Emenda de bancada

As emendas de bancada, que também têm execução obrigatória, são referentes às matérias de interesse de cada estado ou do Distrito Federal, compostas por deputados e senadores, independentemente do partido a que pertençam. Neste caso, o valor no Orçamento é de R\$ 12,5 bilhões, com uma reserva de R\$ 4 bilhões para complementar recursos do Fundo Eleitoral para as eleições municipais, conforme a decisão da Comissão Mista de Orçamento.

Assim, cada bancada pode propor entre 15 e 23 emendas com um valor total de R\$ 316,9 milhões. As emendas não podem permitir a divisão para vários gestores públicos ou privados, contemplando apenas uma obra.

Emenda de comissão

Neste caso, as emendas são apresentadas exclusivamente pelas comissões permanentes do Congresso e também as propostas pelas mesas diretoras da Câmara e Senado. Por não serem obrigatórias (impositivas), as emendas de comissão podem sofrer contingenciamento em caso de

necessidade de limitação para cumprimento das metas fiscais.

Emenda do relator

As emendas do relator, conhecidas também como orçamento secreto, são de autoria do parlamentar que em determinado momento foi escolhido para produzir o relatório final sobre o projeto do Orçamento. Existem, ainda, as emendas dos relatores setoriais, escolhidos para dar o parecer sobre assuntos específicos divididos em dez áreas do Orçamento.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu considerar "inconstitucional" o orçamento secreto. As emendas passaram a ser questionadas pelo STF por não apresentarem critérios claros ou de transparência. Este ano, estavam previstos R\$ 19,5 bilhões para as emendas de relator.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/relatorio-da-Ido-aumenta-pressao-sobre-o-governo-para-pagamento-de-emendas-12122023>

Palácio não abre mão de ordenar despesas

Henrique Lessa

Os líderes do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido- AP), na Câmara, José Guimarães (PT-CE), descartaram, ontem, a possibilidade de aprovação de um orçamento impositivo, como proposto pelo relator do projeto da Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2024, Danilo Forte (União-CE). Esse é um dos principais pontos de tensão no debate da LDO - que torna obrigatória a execução das emendas apresentadas pelos deputados e senadores ainda no primeiro semestre do ano.

"Não é nem a maioria do parlamento (que apoia a medida).

Se for para o Legislativo ordenar a despesa, faz uma emenda parlamentarista e deixa o gabinete definir como será essa execução", desafiou Randolfe, que disse confiar que a medida não votos para ser aprovada no Congresso.

Sem utilizar o termo "orçamento impositivo", Danilo Forte quer incluir no texto um mecanismo que condiciona a execução orçamentária ao arbítrio do Congresso - ou seja, com as emendas liberadas antes das eleições municipais do próximo ano. O Palácio do Planalto não abre mão de controlar quando liberaria e pagaria as solicitações do parlamentares e ainda que atrelá-las a projetos que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Isso não interessa aos congressistas.

Afinal, sem poderem alocar os recursos onde pretendem - como forma de propagandear seus mandatos junto aos eleitores -, ainda veriam seus projetos atrelados a uma das principais marcas do governo federal, o PAC - reforçando o marketing eleitoral do Palácio do Planalto.

À saída de uma reunião, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de alinhamento para as votações estratégicas - da qual participou ainda o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) - Randolfe e Guimarães reforçaram que a expectativa é de votar e aprovar tudo nesta e na próxima semana.

Segundo os líderes, a medida mais importante para o governo na agenda de votações no Parlamento é a Medida Provisória 1.185. "De todas as medidas que teremos nesta semana, é decisiva", disse Randolfe,

que a apontou como fundamental para alcançar o déficit fiscal zero em 2024.

A medida é estratégia para o governo, pois, segundo os cálculos do Ministério da Fazenda, representará uma ampliação na arrecadação na ordem de R\$ 35 bilhões aos cofres da União em 2024. O projeto exclui do cálculo dos **tributos** federais benefícios fiscais concedidos pelos estados.

Sem calote

Já o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou, também ontem, que o governo pagará até o final do ano 100% do valor das emendas individuais de transferência especial empenhadas. Conforme disse, o orçamento deste ano prevê um total de R\$ 7,6 bilhões para esse instrumento.

A garantia foi dada em resposta ao questionamento de que líderes estariam reclamando da liberação de verbas pelo Planalto, o que colocaria em risco a votação de pautas de interesse do governo. "Temos um balanço que mostra o crescimento de restos a pagar deixados no governo Bolsonaro.

Em relação às emendas individuais de transferência especial, no ano passado, o governo só pagou a metade do valor. São R\$ 7,6 bilhões que colocamos no Orçamento. Não vamos deixar nenhum calote", afirmou, após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

(Com Agência Estado)

Não é nem a maioria do parlamento (que apoia a medida). Se for para o Legislativo ordenar a despesa, faz uma emenda parlamentarista e deixa o gabinete definir como será essa execução" Senador Randolfe Rodrigues, líder do governo no Congresso

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/12/all.pdf>

Indefinição sobre emendas trava MP das subvenções

GIORDANNA NEVES GABRIEL HIRABAHASI BRASÍLIA

A medida provisória da subvenção do ICMS - principal aposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para o aumento de receitas - continua em compasso de espera no Congresso.

Apesar da expectativa de que o parecer da proposta seja apresentado e lido hoje em comissão mista, interlocutores do relator, deputado Luiz Fernando Faria (PSD-MG), não confirmam o cronograma - em meio a impasses políticos, envolvendo a liberação de emendas parlamentares, e pressões do setor privado, que será afetado pelas mudanças na regra.

Como mostrou o Estadão/ Broadcast, o governo Lula recebeu da cúpula do Congresso um pedido de liberação de aproximadamente R\$ 4 bilhões em recursos extras para os deputados e de R\$ 2 bilhões para os senadores ainda neste ano. O pacote de R\$ 6 bilhões aos parlamentares depende da aprovação de um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN), que é enviado pelo governo para realocar recursos no Orçamento.

RECEITA EXTRA. A MP da subvenção limita a possibilidade de as empresas usarem benefícios fiscais recebidos pelos Estados no abatimento de **impostos** federais. Quando a despesa for usada para investimento, e não para custeio, as companhias receberão créditos fiscais referentes ao que foi pago de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) sobre as subvenções.

A expectativa inicial do governo era arrecadar até R\$ 35,3 bilhões com a mudança em 2024, valor que deve agora ficar menor com as mexidas em estudo no Congresso. A equipe econômica depende da aprovação de receitas extras para tentar garantir a meta de déficit fiscal zero nas contas públicas no próximo ano.

Ao Estadão/Broadcast, o relator da proposta afirmou que, em relação ao mérito, o texto já está praticamente concluído e que faltam apenas alguns ajustes pontuais, apesar de não ter especificado quais. Ele deve se reunir com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para tratar dos detalhes do texto. Lira esteve ontem em São Paulo, e deve retornar hoje a Brasília.

Nos últimos dias, senadores começaram a se movimentar contrariamente à proposta e voltou a ganhar força a ideia de criar um tratamento especial aos incentivos concedidos por meio de crédito presumido de ICMS - proposta que tem a oposição da Fazenda.

O senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso, disse ontem que a medida provisória é a "medida fiscal mais importante para o governo" e a "prioridade das prioridades" para a reta final do ano. O calendário dos governistas é apertado: prevê aprovar a proposta ainda nesta semana na Câmara e no máximo na semana que vem no Senado, já que a semana seguinte será de recesso de Natal e Ano Novo.

Valores Previsão era arrecadar R\$ 35,3 bi, mas concessões ao Congresso obrigam governo a rever contas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Controle de preços perde efeito na Argentina; BC de Milei limita câmbio

COLABOROU CAROLINA MARINS

Na Argentina, o controle de preços do ex-ministro da Economia Sergio Massa, na prática, chega ao fim junto com o governo peronista de Alberto Fernández. O decreto, em tese, vale até o fim do mês, mas ontem, enquanto todo país esperava pelo anúncio das medidas econômicas do libertário Javier Milei, os supermercados recebiam tabelas atualizadas de fornecedores. Alguns alimentos como macarrão e pães podem dobrar de preço.

O fim do decreto não tem a ver com o aguardado pacote fiscal de Milei, que seria anunciado ontem, mas foi adiado para hoje. O pacote a ser anunciado deve conter medidas econômicas que o novo presidente pretende tomar para conter a intensa crise do país.

Com o fim do controle de preços, os fornecedores devem repassar um aumento de 20 a 25% sobre os itens de consumo básico que até então eram contemplados pelo programa do antigo governo, o chamado Preço Justo, segundo o jornal Clarín.

Macarrão, farinha, pães e óleos devem ser os alimentos mais afetados. No caso do azeite, o litro deve disparar de 800 para 2 mil pesos (algo em torno de R\$ 27 no câmbio oficial).

Como os valores estavam congelados, haverá também o reajuste pela **inflação** que chegou a 8,3% em outubro ou 142% no acumulado em 12 meses.

Arroz, refrigerantes, energéticos e água também ficarão mais caros.

Os acordos mantidos pelo governo anterior impediam artificialmente que os preços de 50 mil produtos disparassem apesar da **inflação** descontrolada na Argentina. Na reta final, ao negociar com fornecedores, o então ministro Sergio Massa chegou a concordar com aumentos graduais (12% depois do segundo turno e 8% na primeira semana de dezembro).

Mas o que se tem visto nas prateleiras é diferente.

Nas últimas semanas, segundo o jornal argentino La Nación, fornecedores já haviam abandonado acordos com o governo e repassado aos supermercados

aumentos de até 40%. A lista de produtos em alta foi ampliada ontem e ainda têm empresas em modo de espera. Segundo o Índice de Preços ao Consumidor, desde 2019, o aumento dos produtos que não tinham controle de preços foi de 866%, enquanto os que sofriam intervenção aumentaram 512%.

Milei se opõe ao controle de preços pelo Estado e já disse ser contra os subsídios que pressionam o orçamento da Argentina ao mesmo tempo que trazem certo alívio para o bolso das famílias no país onde mais de 40% da população vive na pobreza. No discurso de posse, Milei avisou que "não tem dinheiro" ao reclamar da "herança" do governo anterior e indicar um duro ajuste fiscal para conter a crise. Mas o plano em si foi adiado e só deve ser anunciado pelo ministro da Economia, Luis Caputo, hoje.

Para conter a ansiedade dos mercados, no primeiro dia do presidente libertário na Casa Rosada, o Banco Central, agora sob seu comando, limitou as operações cambiais.

A medida significou que os operadores do mercado deveriam solicitar autorização ao Banco Central para poderem comprar moeda estrangeira.

Segundo fontes de mercado, pouquíssimas operações seriam autorizadas e dificilmente haveria liquidação de divisas dos exportadores. Assim, a decisão do Banco Central estabeleceu, na prática, uma espécie de feriado cambial, a fim de dar tempo para que as novas autoridades, que estavam sendo nomeadas ontem, assumissem suas funções.

Sob Fernández, o governo adotou uma série de bandas cambiais em meio à escassez de moeda forte e à resistência do governo em liberar a flutuação da moeda americana conforme o mercado. Uma delas, o dólar poupança, destinado a argentinos que queiram comprar a moeda como pessoa física, teve a comercialização suspensa.

Espera-se que o Banco Central anuncie medidas para corrigir a distorção cambiária.

Posição

Milei se opõe ao controle de preços pelo Estado e já disse ser contra subsídios que pressionam orçamento

*

Decreto sobre nepotismo é alterado para nomeação de irmã

Um dia após sua posse, Javier Milei publicou no Diário Oficial uma alteração em um decreto de restrição à nomeação de parentes na administração pública para dar um cargo a sua irmã em seu governo.

Karina Milei, que ficou conhecida como o braço direito de Milei, foi empossada como secretária-geral da presidência.

O decreto alterado foi publicado em 2018 pelo então presidente Mauricio Macri e proibia a nomeação de parentes diretos ou indiretos até o 2.º grau, além de cônjuges, do presidente, vice-presidente, chefe de gabinete de ministros, ministros e outros funcionários.

A mudança i limita a proibição estabelecida com a ressalva para as nomeações que o presidente possa efetuar "por força das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Nacional".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>